

15.fevereiro.2012 – 19h00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: **GEDIPE - Associação para a Gestão de Direitos de Autor, Produtores e Editores**

Paulo Santos e Susana Gato

VISAPRESS - Entidade de Gestão Coletiva do Direito de Autor

João Moraes Palmeiro, Carlos Reis Marques

Recebidos por: Deputados do Grupo de Trabalho do Regime Jurídico da Cópia Privada: Conceição Pereira (PSD, Coordenadora do Grupo de Trabalho), Ana Sofia Bettencout (PSD), Gabriela Canavilhas (PS), Michael Seufert (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e Catarina Martins (BE).

Assunto: **Audições no âmbito da apreciação do Projeto de Lei n.º 118/XII/1ª (PS), Aprova o regime jurídico da cópia privada e altera o artigo 47.º do Código do Direito de Autor e Direitos Conexos**

Exposição: Os representantes da GEDIPE manifestaram discordância com a circunstância de haver valores diferentes para o produtor, o autor e o editor, referindo que no audiovisual as 3 entidades estão em posição de paridade, pelo que deviam receber taxas iguais. Defenderam também que a reprografia deve ser separada do audiovisual, atenta a diferença entre os 2 setores.

Salientaram ainda que o diploma não pode gerar entraves ao setor e que as verbas advindas das taxas são essenciais para o mesmo.

Os representantes da VISAPRESS referiram que fazem a gestão coletiva do direito de autor dos titulares do mesmo sobre publicações periódicas, como sejam as empresas titulares de jornais e revistas, salientando que a reprodução é feita mais através da internet do que em suporte de papel.

Manifestaram concordância com a atualização da lei da cópia privada e enfatizaram que sendo as publicações periódicas uma obra coletiva, o direito de autor pertence à empresa que faz o jornal ou revista, pelo que propõem que se altere o artigo 3.º, n.º1 e em vez de “Os autores ...” se refira “O titular do direito de autor ...”.

Por último, propuseram que se preveja a atualização anual ou bianual dos equipamentos e suportes previstos e das tarifas aplicáveis, a realizar pelo Governo.

Intervieram depois os deputados Gabriela Canavilhas (PS), Michael Seufert (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), Catarina Martins (BE) e Ana Sofia Bettencout (PSD), que referiram que está prevista a atualização, embora se questione se esta não deve ser feita por lei (pela Assembleia da República), por as taxas serem equiparadas a impostos (atento um Acórdão do Tribunal



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Constitucional) e questionaram a utilização do Projeto de Lei como base de trabalho para se introduzirem alterações.

Os representantes da GEDIPE realçaram a necessidade de paridade em relação à receção das taxas, no que se refere às obras em colaboração, defendendo que está em causa uma questão legal e de justiça.

Os representantes da VISAPRESS referiram que têm uma experiência diferente com outro Acórdão do Tribunal Constitucional e por isso defenderam as alterações anuais. Por último, salientaram que os editores de livros têm um papel muito importante.

A gravação áudio da reunião e o documento entregue pela VISAPRESS, estão disponíveis na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 15 de fevereiro de 2012

A assessora da Comissão
Teresa Fernandes